

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Correio Brasileiro

CLASS. : FO

DATA : 14 04 91

PG. : 08

Cobiça externa pela Amazônia é antiga

Roberto Hillas

A história da Amazônia, pouco conhecida dos brasileiros, comprova a cobiça pela região, em função de interesses geoestratégicos, pelas nações ricas do planeta, Inglaterra, França e Estados Unidos, entre outros. É uma história reveladora de como a ocupação da região por brasileiros é fundamental para resguardá-la de novas tentativas. Se antes existiam as chamadas drogas do sertão, cacau, salsaparrilha, urucu, cravo, canela, castanha, e madeiras, e depois vieram a borracha e os minérios, hoje existem resinas, princípios fitoquímicos, gens (banco genético) e todo o potencial agrícola, capaz de gerar alimentos — a custo bai-



xo — para a maior parte do mundo.

Existiram muitos projetos de ocupação da Amazônia por outros povos. Entre os mais conhecidos, estão os que tentaram destinar a área para a "solução" de dois "problemas raciais", dos negros dos Estados Unidos (após a guerra civil do século passado), e dos judeus da Europa Central (ao final da II Guerra). Estes últimos, sionistas, não aceitaram vir, por seu objetivo ser religioso, de retorno à terra-mãe, o atual Isreal; os negros não vieram por interferência do Imperador Pedro II, e pela falta de mão-de-obra braçal nos Estados Unidos, nos anos 70/80 do século passado.

Quando os nacionalistas brasileiros defendem a Amazônia de supostas ameaças externas, da cobiça geoestratégica pela região, não estão argumentando com base em receios infundados e fantasistas.

Região foi invadida

No século XVI quatro povos europeus tentaram ocupar a Amazônia, ingleses, holandeses, irlandeses e franceses. Os atuais estados do Maranhão, Pará, Amapá e Amazonas chegaram a pertencer a outros países, que se apoderaram dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Negro. As lutas contra os invasores, na região começaram em 1616, e só acabaram no século atual.

Os brasileiros e portugueses tiveram que iniciar a ocupação da Amazônia, tendo em vista o crescente interesse dos países ricos pelo potencial comercial amazônico. Diversas ordens religiosas

católicas auxiliaram na ocupação, franciscanos, carmelitas, jesuítas, capuchos lusos e mais recentemente os salesianos. A presença dos agentes pastorais católicos tem uma justificativa: o Vaticano queria impedir a expansão de religiões concorrentes.

Nada menos de 40 fortes foram então construídos na região. Os fortes mais importantes foram aqueles construídos para controlar as entradas do rio Amazonas e as vias de penetração, baixo e alto Amazonas, Solimões, Negro e Branco, Madeira e Guaporé, Turué. Apesar do esforço militar e diplomático, que culminou com o Tratado de Madrid, em 1750 — negociado na base do *uti possidetis*, legalizando terras de Portugal e Espanha, nunca a cobiça arrefeceu. Tanto foi assim, que em 1745 os franceses publicaram o mapa de Charles

Marie de la Condamine, que modificava a realidade geográfica, colocando como pertencente à França todo o território do estado de Amapá.

O governo da França foi esperto. Charles Marie de la Condamine veio ao Brasil mandado pela Academia Francesa de Ciências, supostamente para estabelecer, cientificamente, a linha do Equador. Só que seu mapa era geopolítico, tanto que serviria, posteriormente, para justificar a invasão do Amapá pela França, anos depois em pleno século XIX. Em 1835, a pretexto diplomático de se resguardar da Guerra dos Cabanos, no Pará (provincia que englobava os hoje estados do Pará e Amazonas), a França invadiu o Amapá. Com o mapa de la Condamine nas mãos, a frota de guerra francesa cercou Belém.

Amapá virou terra francesa

Nos arquivos da diplomacia inglesa, em Londres, existem relatórios do cônsul inglês no Pará, John Hesketh, ao ministro das Relações Exteriores lord Palmerston, dando conta de toda a artimanha francesa. Em 1836, o general Bernard, ajudante de campo do rei Louis Felipe, publicou artigo no *Moniteur*, em Paris, sugerindo a anexação do Pará (que englobava o atual Estado do Amazonas) ao território francês, através da Guiana. O próprio rei francês, numa demonstração de que o esforço resultava de uma cobiça oficial, chamou o embaixador brasileiro para uma audiência, onde lhe disse que se o Pará se desligar do Brasil, o anexaria.

Na argumentação do rei Louis Felipe, a Amazônia não faria falta ao Brasil, tendo em vista as dimensões continentais do nosso País. A ocupação francesa do Amapá só cessou em 1840, depois de interferência diplomática britânica

(os ingleses ameaçaram mandar uma esquadra para apoiar o Brasil). Mesmo assim, os franceses não foram definitivamente embora, mantendo um grupamento naval de combate em Maracá, a poucos quilômetros de Macapá. Em 1855, os franceses voltaram a carga, propondo aos britânicos uma operação conjunta para anexar parte da Amazônia dos dois países.

Os britânicos, que já tinham terras equatoriais e tropicais em praticamente todo o planeta, não se interessaram pela proposta. Era melhor manter boas relações com o Brasil, objetivando fortalecer presença comercial hegemônica na América Latina. Mas os franceses não sossegaram em sua cobiça sobre a Amazônia. Em 1885, um grupo francês tomou a vila de Cunani, no Amapá, e proclamou a República de Cunani, cujo presidente foi Jules Gross, intelectual parisiense que chegou a escrever romances.

Pará era o sonho inglês

Os britânicos não foram sempre bons moços. Muito pelo contrário. Os registros históricos revelam que cobiçaram tanto ou mais do que os franceses. Em 1828, por exemplo, o oficial britânico Henry Lister Maw, sem permissão brasileira, desceu os rios Solimões e Amazonas, vindo do Peru, chegando a Belém do Pará. A mesma operação foi feita por mais navios em 1834, com outro oficial britânico, W. Smith (dois anos depois escreveu um livro contando a operação). Os interesses britânicos ficaram bem evidenciados com a criação, em 1832, em Londres, da Companhia Comercial Brasileira de Colonização Agricultura Criação de Gado Fabricação de Sal e Mineral.

A empresa, que nada teve de brasileira, segundo se sabe hoje, objetivava colonizar a região Amazônica com ingleses, escoceses e irlandeses.

Americanos queriam sua parte

Em 1849, Matthew Fontaine Maury, chefe do Observatório Naval de Washington, membro da American Geographic Society, um expert em geopolítica, escreveu para o *Bow's Review* (edição de dezembro), artigo propondo que a Amazônia e o Golfo do México fossem considerados, estrategicamente, "parte de um complexo geográfico" norte-americano: ele considerava o Amazonas uma "extensão natural" do rio Mississipi. Sua proposta de uma expedição militar norte-americana ao Amazonas foi autorizada em outubro de 1850 pelo secretário da Marinha dos Estados Unidos, William A. Graham.

A expedição foi comandada pelo oficial William Lewis Herndon, que recebeu instruções diretamente de Matthew Maury. O historiador uruguaio Ernesto Ruiz, leu as correspondências entre os dois, onde estava explícita a intenção de colonizar as margens do Amazonas com norte-ameri-

canos (uma continuidade da colonização do Oeste), e neelas Maury fala o tempo todo em República Amazônica. A expedição dos EUA na Amazônia está sintetizada no livro *Exploration of the Valley of the Amazon*, de William Herndon.

Os norte-americanos tentaram uma operação de descida do Amazonas vindos do Peru, naquela mesma época, sendo o grupo dizimado ao chegar à Tabatinga, ainda no Solimões. Um embaixador dos EUA no Brasil, o general William Trousdale, influenciado por toda esta cobiça, obviamente sob ordens superiores, exigiu a abertura do Amazonas a navegação internacional. E foi bem sucedido. Em 1866 o rio foi oficialmente aberto aos navios do mundo todo. Foi então que outro embaixador dos EUA, o general James Watson Webb, propôs a destinação da Amazônia para os negros que viviam em seu país.